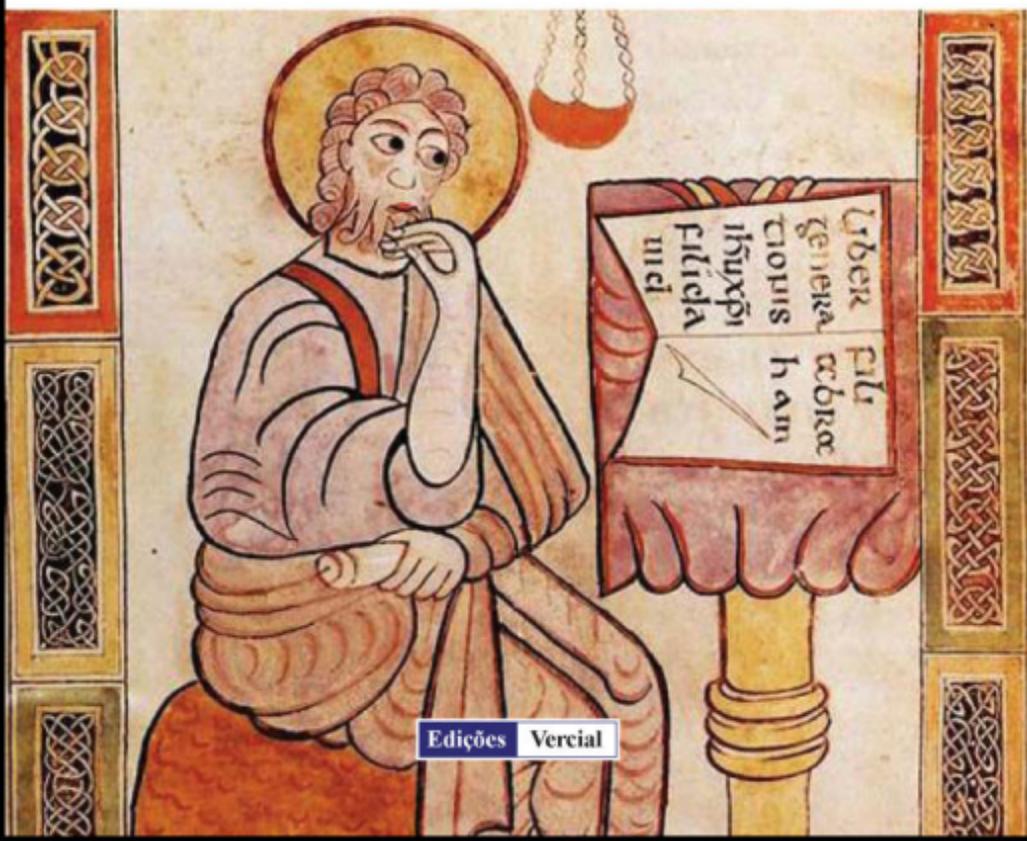


José Barbosa Machado

Estudos de Língua e Cultura Portuguesas

Séculos XIV, XV e XVI



José Barbosa Machado

**Estudos de Língua
e Cultura Portuguesas**

Séculos XIV, XV e XVI

ENSAIOS

Edições Vercial

A imprensa e a tradução como fatores de mudança na língua e na cultura portuguesas do século XV

Introdução

A imprensa em Portugal no século XV é escassa, ao contrário do que sucede noutros países da Europa, como Espanha, França e Itália. Especificamente de língua portuguesa, são conhecidos sete livros e três folhetos, impressos entre 1488 e 1500. Os livros, exceto um deles (as *Constituições de D. Diogo de Sousa*, Porto, 1497), são traduções de obras noutras línguas (do castelhano e do latim). Algumas das obras em castelhano que deram origem às portuguesas foram vertidas por sua vez do francês, como é o caso da *História do mui Nobre Vespasiano*.

Antes da introdução da imprensa em Portugal, grande parte das obras de cariz didático, filosófico, científico e principalmente religioso, dependiam da tradução de obras que corriam na Europa, sendo muito reduzida a produção autóctone. Por outro lado, a sua influência dificilmente ultrapassava o âmbito das instituições religiosas, uma vez que o número de exemplares era reduzido e o acesso a eles era bastante restrito. Com a introdução da imprensa e com a multiplicação do número de exemplares a preços mais reduzidos, foi alargado o seu campo de influência. Os livros deixaram de ser apanágio do clero para se tornarem num objeto mais ou menos comum nas mãos de qualquer leigo instruído.

As obras estrangeiras traduzidas e impressas no século XV em Portugal tiveram conseqüentemente um importante papel na cultura e no desenvolvimento da língua portuguesa escrita. O empréstimo lexical, o desenvolvimento da sintaxe e do pensamento especulativo, a divulgação de ideias filosóficas, religiosas e científicas, são alguns dos seus contributos mais significativos.

As obras traduzidas do castelhano são as seguintes: *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial (com duas edições incunabulares: Chaves, 1488; Braga (?), 1494-1500), *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (Lisboa, 1496) e *Evangelhos e Epístolas com suas exposições em Romance* (Porto, 1497). O *Tratado de Confissom* (Chaves, 1489), embora não se tenha até ao momento encontrado qualquer exemplar impresso ou manuscrito em castelhano, foi sem dúvida daí traduzido ou adaptado face ao sem número de castelhanismos que surgem no texto. As duas obras traduzidas do latim são a *Vita Christi* (Lisboa, 1495) de Lindolfo de Saxónia e o *Regimento Proveitoso contra a Pestenença* (Lisboa, 1493-1495).

1. O *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial

O *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial, obra pastoral redigida entre 1420 e 1423 em língua castelhana, depois dos livros destinados ao ofício religioso, foi o livro mais impresso na Península Ibérica, desde a introdução da imprensa até meados do século XVI. Conhecem-se treze edições em castelhano, uma em catalão e quatro em português. Das edições em português, duas foram impressas no século XV e duas no século XVI.

Até há bem pouco tempo, havia notícia da existência apenas de três edições do *Sacramental* em língua portuguesa: uma impressa em Chaves em 1488, outra impressa em Lisboa em 1502 por João Pedro de Cremona, e outra impressa em Braga em 1539 por Pedro de la Rocha. Maria Valentina Sul Mendes deu a conhecer recentemente que o exemplar com a cota *RES. 154 A.* existente na Biblioteca Nacional em Lisboa, que desde o século XIX se pensava pertencer à edição de 1539 impressa em Braga, afinal era diferente dos exemplares conhecidos da mesma edição e existentes noutras bibliotecas. Por lhe faltarem as últimas páginas, onde estaria o cólofon, é impossível saber-se o nome do impressor e o local da impressão. Aquela investigadora entende, com base sobretudo na análise das marcas de água do papel e nas características gráficas,

que o *RES. 154 A.* da Biblioteca Nacional é uma edição incunabular, a segunda em língua portuguesa do *Sacramental*, que terá sido impressa entre 1494 e 1500 numa tipografia do Norte do país (cfr. 2005: 197).

Existe um exemplar na Biblioteca do Rio de Janeiro que se supõe pertencer à edição de 1488 impressa em Chaves, referida no *Primeiro Ensaio sobre a História Literária de Portugal* de Francisco Freire de Carvalho (1845: 87 e 320-321) e no volume II do *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva (1876, II: 82-84). Ao longo do texto desta edição, os castelhanismos, quer a nível vocabular, quer a nível sintático, são bastante frequentes, o que pode significar que, ou o tradutor esteve desatento, ou o impressor, provavelmente castelhano, tendo um conhecimento da língua portuguesa bastante rudimentar, fez uma interpretação muito pessoal do manuscrito em português de que fora incumbido passar a letra de imprensa. De outro modo seriam inexplicáveis ocorrências como: *benes*, *cardinales*, *çelebro*, *color*, *confisonees*, *difyniçiones*, *conjuraçonees*, *coneçimento*, *Dios*, *diuisonees*, *estuue*, *êtençonees*, *fasta* (por *até*), *fingiendo*, *hyrmanas*, *oraçonees*, *su madre*, *tuue*, *veinte*, etc.

Nalgumas construções sintáticas, nota-se a presença do castelhano. Damos três exemplos. No primeiro temos o seguinte contexto: «foy estabelecido por medeaneyro antre Deus e *elle homẽ* por que ho leuase a elle.» A expressão *elle homẽ* é transcrição errada de *el hombre*, que está no original castelhano. O mesmo sucede noutro contexto: «E o titolo *della madre* he este», que no castelhano é transcrito como: «E el titulo dela madre es este». Damos um último exemplo, em que se nota a influência das construções da língua vizinha: «ho saçerdote çerra os olhos e *esta huũ pouco de espaço*», tradução à letra de «el sacerdote cierra los ojos e *esta vn poco de espacio*». Esses castelhanismos foram, na sua maior parte, corrigidos nas edições posteriores.

Devido à repetição de grande parte das lacunas existentes na edição de 1488 nas edições portuguesas posteriores, poderemos avançar a hipótese de os impressores destas se terem servido da primeira.

2. O *Tratado de Confissom*

O único exemplar conhecido do *Tratado de Confissom* impresso em Chaves em 1489 foi dado a conhecer por José V. de Pina Martins em 1965, tendo sido objeto de uma edição fac-similada e de uma edição diplomática em 1973, e de uma edição semidiplomática por nós realizada em 2003. A obra passou despercebida aos bibliógrafos anteriores a 1965, não sendo conhecida qualquer referência à mesma, quer em Portugal, quer no estrangeiro. O cólofon diz o seguinte: «Este tratado de confissom se acabou na uila de Chaues aos oyto dias do mes de agosto. Ano de mill e quatroçêtos e oytenta e noue anos». Temos portanto o título, o local de impressão e a data.

Pina Martins, no seu estudo introdutório à edição de 1973, é o primeiro a colocar umas quantas hipóteses para colmatar as falhas de informação do cólofon. Referindo-se ao «caráter português deste livro», sugere que o seu autor «terá sido um franciscano» (1973: 106). Baseia-se em duas referências que o tratadista faz a São Francisco de Assis. Para José Marques, «não é lícito concluir que o autor deste livro tenha sido um franciscano» (1986: 11-12). Defende que a iniciativa e a responsabilidade da publicação do *Tratado de Confissom* pertenceu ao arcebispo de Braga D. Jorge da Costa (1488-1501) e que a obra, em vez de um autor, seria fruto do trabalho de adaptadores, uma vez que «o seu conteúdo pertence ao património doutrinário da Igreja» (*Ibidem*: 13-15). Artur Anselmo considera que «é fora de dúvida estarmos em presença de um texto escrito por um clérigo» (1981: 267). No entanto, entende que «a iniciativa da sua edição não pertenceu ao Arcebispo. Tendo em vista as características internas do texto, parece mais provável que a ideia partisse da Ordem religiosa dos Franciscanos, cuja implantação no Norte do país estava assegurada pelos conventos do Porto, Guimarães e Chaves» (*Ibidem*). Propõe a hipótese de a edição da obra ter sido promovida «por iniciativa de frades observantes franciscanos, talvez por um confessor com

responsabilidades na direção da Ordem (como era o caso de Frei João da Póvoa, o futuro confessor de D. João II) e então residente no Norte do país» (*Ibidem*: 273).

Da nossa parte, entendemos que o *Tratado de Confissom* é a tradução ou adaptação de uma ou várias obras castelhanas e terá sido redigida entre os finais do século XIV e o início do século XV, não sendo a sua redação contemporânea à sua impressão. As características sintáticas, morfológicas e lexicais do texto apontam para esse período. A suspeita de que o texto do *Tratado de Confissom* não é integralmente português vem-nos do facto de verificarmos que o número de castelhanismos presentes no mesmo é bastante significativo. Pina Martins parece não os ter identificado. Com efeito, no seu estudo introdutório à edição de 1973, diz: «Mas a própria língua portuguesa não é já uma prova de que a obra deve ter sido impressa por tipógrafos nacionais, até porque, se se tratasse de impressores espanhóis, ter-se-iam insinuado no texto espanholismos facilmente identificáveis?» (Martins, 1973: 20). Apresentamos as formas castelhanas mais significativas por nós detetadas: *alguna, algunas, barnil, blanco, color, famiêtos, medeaneras, consentimiento, eiglesia, maano, maanos, manera, mercores* (dia da semana), *moros, naturaleza, ragos (rajós, de rajar) res (reis), sãgre, sortera, suzias* (o mesmo que *sucias*), *testigos, testigus, tenerẽ* (forma do verbo *ter*), *uernes* (dia da semana), *uyente* (atual *veinte*), etc. Chamamos a atenção para os nomes dos dois dias da semana: *mercores* e *uernes*, que nos parecem ser um testemunho evidente da importância da língua castelhana no *Tratado de Confissom*.

3. A *Vita Christi* de Lindolfo de Saxónia

A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, também conhecido como Ludolfo Cartusiano, foi impressa em Lisboa por Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes em 1495. O autor, que viveu entre 1295 e 1377, foi monge da Cartuxa de Estrasburgo, advindo-lhe daí o sobrenome. Escreveu várias obras, mas foi a *Vita Christi*, que

depressa se espalhou pela Europa em diversas cópias manuscritas, que lhe deu maior notoriedade. Conhecem-se cerca de cento e cinquenta edições manuscritas e oitenta e oito edições impressas, em latim e em várias outras línguas, como francês, flamengo, italiano, castelhano, catalão e português. A tradução portuguesa que serviu de base à edição de 1495 esteve a cargo de Frei Bernardo e de Frei Nicolau Vieira, monges do Mosteiro de Alcobaça, que a terminaram em dezembro de 1446. Como nos informa Augusto Magne na introdução à edição crítica por si realizada, a tradução foi feita a pedido da infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra e esposa do regente D. Pedro, irmão do rei D. Duarte. (cfr. 1957: XI).

Impressa em quatro partes, era considerada, antes de serem descobertos o *Tratado de Confissom* e o *Sacramental*, a primeira obra impressa em língua portuguesa. Apesar de tardia em relação às outras duas, não deixa todavia de ser a obra mais importante dos prelos a trabalhar em Portugal no século XV, quer pela sua extensão, quer pelo apurado trabalho tipográfico. Desta edição são conhecidos dezoito exemplares, o que é sem dúvida um caso excecional para livros antigos. Com efeito, de muitos deles, ou não chegaram até à atualidade quaisquer exemplares, ou é conhecido um, nem sempre completo.

O texto impresso foi revisto por Frei André, da Ordem de São Francisco, como nos informa o próprio impressor Valentim Fernandes no proémio. O revisor manteve, de um modo geral, a versão de 1446, inclusivamente o vocabulário que em 1495 já soaria a arcaico. A impressão da obra foi ordenada pela rainha Dona Leonor e Valentim Fernandes, no proémio, dedica-a ao rei D. João II.

Nesta obra, a vida de Cristo é contada em forma de novela, um pouco ao estilo das novelas cavaleirescas. O seu êxito foi certamente devido à fácil e aprazível leitura que proporcionaria. O autor juntou as narrativas dos quatro evangelhos, dando-lhes uma continuidade espaço-temporal que facilitava a compreensão e estimulava o leitor.

4. A *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma*

A *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* foi acabada de imprimir em Lisboa por Valentim Fernandes em 20 de abril de 1496. É provável que o projeto da edição da *História de Vespasiano* estivesse já em curso em 1495, pois é uma espécie de continuação da *Vita Christi*. Não é por acaso que a *História de Vespasiano* surge apenas no final da mesma obra numa versão francesa impressa em Ruen em 1488.

A narrativa inspira-se no *Euangelium Nicomedi* e a forma mais antiga que se conhece encontra-se num apócrifo de que há duas redações: uma com o título *Vindicta Saluatoris*, e outra com o título *Cura Sanitatis Tiberii Caesaris Augusti*, ambas não remontando, no que diz respeito à sua redação, além da segunda metade do século XII (cfr. Pereira, 1905: 13-14). A segunda redação correu na Idade Média por toda a Europa com o nome do imperador Vespasiano em vez do de Tibério, mais de acordo portanto com os factos históricos. Artur Anselmo refere que, a partir destas redações, «nasceu um poema francês (*La vengeance de Nostre Seigneur*), que, por sucessivas interpolações e acrescentos, viria a ser inserido na trilogia do Graal e impresso várias vezes em França, ainda no século XV, a partir de um texto em prosa intitulado *La destruction de Jerusalem*» (1981: s. n.º p.). De facto, alguns dos sucessos narrados na *História de Vespasiano* são referidos mais extensamente no *Livro de José de Arimateia*, o primeiro da trilogia do Graal. David Hook e Penny Newman referem que a *História de Vespasiano* e o *Livro de José de Arimateia* não se relacionam diretamente entre si, ao contrário do que vários investigadores têm defendido. Entendem que os aparentes pontos de contacto entre ambas são devidas à incorporação do material da tradição lendária da destruição de Jerusalém nas lendas do Graal por Robert de Boron (cfr. 1983: XI-XII).

Na Península Ibérica, correram vários manuscritos com os títulos de *Estoria de Vespasiano* e *Destruição de Jerusalem*, que deram origem a, pelo menos, três edições no século XV: uma

impressa em Toledo por Juan Vázquez por volta de 1492, a de Lisboa, impressa em 1496 por Valentim Fernandes, e a terceira em Sevilha, impressa em 1499 por Pedro Brun. Alguns investigadores têm afirmado que a edição impressa em Lisboa em 1496 difere significativamente da edição de Toledo, mas é idêntica à edição de Sevilha, quer no texto, quer nas gravuras, colocando a hipótese de a edição portuguesa estar na origem da de Sevilha. Que a versão portuguesa é uma tradução de uma versão castelhana, como sugeriu Francisco Maria Esteves Pereira, é facilmente comprovado pelos vários castelhanismos que ocorrem no texto. A conjectura feita pelo mesmo investigador de o texto da impressão castelhana de 1499 ser uma *retradução* da redação portuguesa (cfr. 1905: 25) parece-nos, no entanto, bastante improvável. Correndo o texto em castelhano e em catalão em versões manuscritas e, para além da edição de Toledo, noutras edições impressas, nomeadamente em francês, é irrealista pensarmos que Pedro Brun tivesse utilizado a versão portuguesa, mesmo como inspiração para a elaboração das gravuras.

A edição de Sevilha não tem numeração de capítulos e, a ter sido baseada na portuguesa, não se entende por que razão há tantas variantes, lacunas e acrescentos que não têm correspondência na edição portuguesa, o que leva a concluir que os dois textos não podem ter uma relação direta entre si. O mesmo se conclui em relação à edição de Toledo. David Hook e Penny Newman defendem que as três edições peninsulares derivaram de um arquétipo comum: «the two fifteenth-century Spanish versions derive independently from a lost archetype (*x*), and that T [Toledo] was copied not from this but from a lost intermediate version (*y*), which was also the ultimate source of L [Lisboa]. L, however, seems to derive from this lost Spanish hyparchetype *y* by way of an earlier Portuguese exemplar, *z*, now lost.» (1983: XIV).

5. O Regimento Proveitoso contra a Pestenença

O *Regimento Proveitoso contra a Pestenença* é um pequeno incunábulo em português impresso em Lisboa por Valentim Fernandes na última década do século XV. O seu autor, a confiar

na nota introdutória, foi D. Raminto, bispo Arusiense, do reino da Dácia, a atual Roménia. Traduziu-o do latim Frei Luís de Rás, mestre em Teologia. No final do capítulo terceiro, o autor refere-se à cidade de Montpellier, onde teria exercido a medicina: «Em Mõpilher nõ me pude escusar de cõpanhia de gête, porque andaua de casa em casa curãdo ãfermos por causa da minha pobreza». Estes dados, contudo, necessitam de apreciação crítica, uma vez que, por um lado estão incorretos, e por outro estão incompletos e são até contraditórios.

Há numerosas edições entre 1480 e 1500 com o título de *Regimen Pestilentiae* ou com um título correspondente traduzido, que saíram dos prelos de Paris, Antuérpia, Leipzig, Colónia, Friburgo, Nuremberga, Londres, etc. Nestas edições, o nome do autor, quando o tem, surge como Canutus, Kamiutus, Kamitus ou Ramintus. Esta última variante, certamente devido à confusão entre as letras K e R, deu origem na edição portuguesa a Raminto. Do ponto de vista histórico, tanto quanto se sabe, nunca existiu nenhum bispo com esse nome em nenhuma cidade da Dácia. Além disso, *Arusiensis* é relativo ao nome latino de Vesteras, uma localidade da Suécia. Estes dados podem levar-nos a considerar que os editores da obra atribuíram a sua autoria a um bispo para que esta tivesse mais impacto junto do público.

O verdadeiro nome do autor foi Johannes Jacobi, ou Jean James, médico do papa Urbano V e do rei Carlos V de França. Terá falecido em 1384 e exerceu medicina em Montpellier, como na própria obra é referido. Assinados com este nome conhecem-se numerosos manuscritos. De acordo com Klebs e Droz, o *Regimen Pestilentiae* terá sido redigido em 1357, numa época em que a peste negra fazia milhares de vítimas em toda a Europa.

Quanto ao tradutor da obra, Frei Luís de Rás, a nota introdutória é bastante vaga. Refere que este a trasladou do «latim em linguagem». De acordo com o testemunho de Diogo Barbosa Machado, Frei Luís de Rás era «Ministro Provincial da Seráfica Ordem dos Claustrais em o ano de 1501 e Mestre jubilado na Sagrada Teologia e Catedrático desta ciência em a Universidade de Lisboa» (B. L., III, 1-129, 1.^a ed.). Mário da Costa Roque,

no seu extenso e completo estudo sobre o *Regimento* (1979), afirma que o tradutor português «mostra, com frequência, largos panoramas da sua ignorância médica, no que muito se distancia dos tradutores franceses que levaram a cabo a mesma tarefa» (1979: 310). Confundindo o autor da tradução com o autor da impressão, acrescenta que «o texto impresso por Frei Luís de Rás, enferma (...) de vários vícios, nomeadamente: formas aspérrimas e muito confusas de tradução, troca e omissão de palavras, grande abundância de gralhas tipográficas e ainda saltos de linhas completos que, com frequência, tornam a versão arrevesadamente diferente dos períodos tão claros e concisos dos cinco ou seis incunábulo latinos» (*Ibidem*: 311). Não nos parece, todavia, prudente atribuir ao tradutor, total ou parcialmente, a troca e omissão de palavras, as gralhas tipográficas (contámos apenas cinco, o que prova que não são assim tão abundantes – a não ser que o autor do estudo tenha considerado como gralhas as variações gráficas) e os saltos de linhas. É bem provável que sejam da responsabilidade do impressor. Quanto às «formas aspérrimas e muito confusas de tradução», Mário Roque deveria ter-se lembrado de que, provavelmente, o tradutor fez o melhor que pôde, face às características da língua portuguesa da época.

A versão portuguesa do *Regimento*, impresso certamente no contexto da peste de 1480-1496 que assolou o reino de Portugal, tinha como objetivo servir de guia profilático e curativo contra a terrível doença. O autor divide o opúsculo em cinco partes. Na primeira apresenta «os signaes pronosticos da pestilêçia»; no segundo fala «das causas della»; no terceiro «dos remedios della»; no quarto «das cõformidades do coração e dos prinçipaes membros»; e no quinto «da sangria» como forma de tratamento pretensamente eficaz.

6. Os Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance

Os *Evangelhos e Epístolas com suas exposições em Romance* foram impressos no Porto em 1497 por Rodrigo Álvares. A autoria

desta obra encontra-se ainda por esclarecer. Em muitos catálogos, encontra-se associado à obra o nome de Guilherme Parisiense, mas há argumentos a favor do dominicano alemão Johannes Herold. Com o título em latim de *Postilla super Epistolas et Evangelia*, a obra teve na Europa, antes da edição portuguesa de 1497, perto de sessenta edições impressas, algumas delas em castelhano. A tradução do latim para castelhano foi feita por Gonçalo García de Santa María, jurista aragonês, entre 1479 e 1484. A edição portuguesa, segundo Manuel Cadafaz de Matos (1997: 25), poderá ter sido baseada numa das edições de Saragoça (1485 ou 1491-1492), ou, mais provavelmente, na edição de Salamanca de 1493. A tradução para o português foi feita por Rodrigo Álvares, o próprio impressor da obra, tal como informa o cólofon: «E foy a suso dicta obra emprimida e trelladada em lingoajen portugues, ã ha muy noble e sempre leal çidade do Porto per Rodrigalvarez.» A obra foi novamente impressa em Lisboa entre 1510 e 1511 por Valentim Fernandes com o título de *Evangelhos e Epistolas que se Contam no Decurso do Ano*, não tendo sobrevivido nenhum exemplar completo desta edição¹.

Tendo pedido recentemente cópia do exemplar da edição de Salamanca de 1493 existente na Biblioteca da Universidade de Upsala na Suécia, pudemos comparar a edição portuguesa com esta e verificámos que o texto português coincide com o castelhano, podendo ter sido esta edição, como aliás sugere Cadafaz de Matos, a que esteve na base da portuguesa.

A tradução da obra era necessária devido à dificuldade que havia na leitura e compreensão do latim. No parágrafo onde está inserido o cólofon, diz-se: «A qual obra se fez a fym que os *que* a lingua latina nõ emtêdê nõ sejã *priuados* de tam exçellente e marauilhosa doutrina, a qual foy a de Christo nosso redemptor escripta nos euangelhos.»

¹ Existe um exemplar incompleto na Biblioteca da Universidade de Harvard (EUA). À data da elaboração deste artigo ainda não nos fora possível consultá-lo, para podermos, confrontando o texto desse exemplar com o da edição de Rodrigo Álvares, concluir se a tradução é a mesma.

A obra não tinha uma finalidade litúrgica. Era para ser lida em casa e servia de complemento à leitura ou audição dos textos sagrados da missa, que eram em latim. «E por que cada huum estando em sua casa despenda ho tempo antes em leer tam altos misterios: que em outros liuros de pouco fruyto», é dito no parágrafo que contém o cólofon. A obra parafraseia os textos evangélicos e os textos das epístolas próprios de cada celebração eucarística, organizando-os de acordo com o tempo litúrgico, e acrescenta uma glosa, ou explicação, mais ou menos extensa a cada um deles. Assim organizada, era uma obra certamente útil, não só aos cristãos alfabetizados, mas também, e principalmente, aos clérigos que ali tinham um manancial informativo em linguagem corrente que poderia ajudá-los na preparação da missa.

Conclusão

A língua portuguesa, constituída desde o século IX como língua diferenciada das restantes línguas novi-latinas e, mais concretamente, ibéricas, recebeu importantes contribuições das obras estrangeiras traduzidas e impressas no século XV e, mais ainda, no século XVI. A influência que estas obras tiveram a nível do léxico e da sintaxe levaram ao aperfeiçoamento do português escrito, permitindo-lhe maior maleabilidade e capacidade de expressão.

O latim, que durante toda a Idade Média fora o principal, senão o único, meio de transmissão escrita na Europa Ocidental, tinha no século XV deixado praticamente de ser compreendido pela grande maioria do clero. A tradução de obras em romance tornara-se pois numa necessidade e era preocupação dos bispos de que todos os clérigos das suas dioceses tivessem livros que pudessem ler e entender. A impressão de obras em romance foi assim uma forma de colmatar a ignorância que grassava no clero.

A impressão de livros em romance, além da influência linguística, teve, também, uma influência cultural, uma vez que permitiu o aparecimento de um público leitor mais alargado,

já não apenas confinado às paredes das instituições religiosas. Livros como a *Vita Christi*, a *História do mui Nobre Vespasiano*, os *Evangelhos e Epístolas* ou o *Regimento Proveitoso contra a Pestenença* passaram a andar nas mãos dos leigos, quer para sua instrução, quer para seu deleite.

Referências bibliográficas

Anselmo, Artur (1981), «Nota Prévia», em *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma*, edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.

————— (1981), *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Carvalho, Francisco Freire de (1845), *Primeiro Ensaio sobre a História Literária de Portugal*. Lisboa: Tipografia Rollandiana.

Correia, Fernando da Silva (1960), “Regimento proveitoso contra a pestenença”, em *Boletim Clínico dos Hospitais Civis de Lisboa*, vol. 24, n.º3, pp. 339-363.

Habler, Konrad (1997), *Bibliografía Ibérica del Siglo XV: Enumeración de Todos los Libros Impresos em España y Portugal hasta el Año 1500*. Madrid: Ollero y Ramos Editores, tomo I e II. Reprodução fac-similada da edição de La Haia, Leipzig, 1903-1917.

Kook, David, e Penny NEWMAN (1983), Introdução à edição da *Estoria do muy Nobre Vespasiano Emperador de Roma*. Exeter: Exeter University.

Horch, Rosemarie Erika (1985), *Luzes e Fogueiras: dos Albores da Imprensa ao Obscurantismo da Inquisição no Sacramental de Clemente Sánchez*. Universidade de São Paulo, 2 vols.

Machado, José Barbosa (2003), *Tratado de Confissom – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Linguístico*. Braga: APPACDM.

————— (2005), Introdução à edição da *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma*. Braga: Edições Vercial.

Magne, Augusto (1957), Introdução à edição da *Vita Christi* de Ludolfo Cartusiano, vol. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura e Casa de Rui Barbosa.

Marques, José (1986), *Tratado de Confissom: Novos Dados para o seu Estudo*. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real e Instituto Português do Património Cultural.

Martins, José V. de Pina (1973), “O *Tratado de Confissom* e os problemas do livro português no século XV”, em *Tratado de Confissom*. Lisboa: Imprensa

Nacional-Casa da Moeda (o mesmo estudo foi impresso num volume à parte em 1974).

Matos, Manuel Cadafaz de (1997), Estudo introdutório à edição facsimilada dos *Evangelhos e Epistolas con suas exposições em Romãce*. Lisboa: Edições Távola Redonda.

Mendes, Maria Valentina C. A. Sul (2005), “O *Sacramental* de 1539, da BN, é afinal uma 2.^a edição incunabular da mesma obra, em português, totalmente desconhecida hoje?”, em *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, s. 3, n.º14-15, Abril de 2004-Abril de 2005, pp. 173-200.

Pereira, Francisco Maria Esteves (1905), Introdução à *História de Vespasiano Imperador de Roma*. Lisboa: Typ. da Livraria Ferin.

Roque, Mário da Costa (1979), *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*: Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496]: Tentativa de Interpretação à Luz dos Conhecimentos Pestológicos Actuais. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, XVIII, 527.

Silva, Inocêncio Francisco da (1876), *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. II.

Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa

Introdução

Ao contrário do que se possa pensar, a imprensa não esteve, no seu início, ao serviço da divulgação das obras clássicas greco-latinas, tão caras ao Renascimento dos séculos XV e XVI. Nesse erro cairá, por exemplo, Maria Helena da Rocha Pereira no volume I dos seus *Estudos de Cultura Clássica*. A distinta professora afirma que os incunábulos eram, «além da Bíblia, obras dos clássicos na sua maioria» (Pereira, 1988: 26). Infelizmente os dados conhecidos contrariam esta afirmação. De facto, a grande maioria dos livros impressos até 1500 é do foro religioso. As obras de autores clássicos são uma minoria.

Acerca deste facto diz o historiador francês Guy Bechtel: «Durante muito tempo pensou-se, numa versão confortável para o espírito mas completamente falsa, que Johann Gutenberg tinha sido movido pelo humanismo nascente. A imprensa teria sido o primeiro estádio do Renascimento e teria sido induzida pela necessidade de difundir os autores antigos (Horácio, Cícero), ou de espírito novo (Dante, Petrarca) que começavam, nessa época, a renovar as formas de pensamento. A análise das obras que publicou o mestre de Mogúncia, tal como a maior parte dos seus sucessores antes de 1500, infirma totalmente esta lenda e mostra, pelo contrário, que a nova arte difundiu sobretudo a palavra religiosa, isto é o discurso oficial. A Igreja foi o seu principal fornecedor de textos a imprimir, bem como o seu principal cliente durante muito tempo» (Bechtel, 1999: 82).

Este historiador lembra que o primeiro grande livro publicado em caracteres metálicos móveis foi a famosa Bíblia de Gutenberg, por volta de 1454-1455. «Os primeiros textos impressos ocidentais

de data certa (outubro de 1454) foram duas indulgências, isto é bilhetes de confissão que resgatavam os pecados mediante uma doação em dinheiro. Nos primeiros anos da invenção publicou-se ainda um *Tratado sobre os artigos da fé e os sacramentos da Igreja* de Tomás de Aquino (1459), outras indulgências, em 1461, 1462, 1463, 1464, uma *Súmula* de São Tomás em 1463, um João Nider em 1466, uma obra de Gerson sobre a poluição noturna em 1467, um *Diálogo sobre o uso frequente da comunhão* de Mateus de Cracóvia (1468), tudo obras ligadas à confissão dos pecados. A partir de 1468 começaram as inúmeras edições do *Confessionale* de Santo Antonino» (*Ibidem*: 82-83).

Os textos humanistas, por outro lado, «foram raríssimos nos vinte primeiros anos da imprensa, quase inexistentes nos dez primeiros. Geralmente tardios em relação às publicações religiosas, sairão sobretudo em Itália e não no país da invenção. Que influência poderiam ter eles exercido em Gutenberg? Entre os 120 primeiros livros impressos antes de 1468, contam-se 88, ou seja 73% com um caráter essencialmente religioso. A primeira obra antiga, um Cícero latino, aparece em 75ª posição. A sua publicação não deve pois ter sido considerada de uma grande urgência» (*Ibidem*: 83).

Dos primeiros dez livros conhecidos impressos em Portugal no século XV, apenas três não são de cariz religioso. São eles a *Estoria do Mui Nobre Vespasiano Emperador de Roma* (1496), a *Grammatica Pastrane* (1497) e o *Regimento Proveitoso contra a Pestenença* (1498?), aproximando-se por isso a média portuguesa (70% de obras religiosas) da avançada por Guy Bechtel para o período anterior a 1468 na Alemanha.

1. Os impressores dos dois primeiros livros em língua portuguesa

Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa são o *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial (1488) e o *Tratado de Confissom* (1489). O primeiro teve quatro edições em Portugal, duas no século XV e duas no século XVI. Existe um exemplar

na Biblioteca do Rio de Janeiro que se supõe pertencer à edição de 1488 referida no *Primeiro Ensaio sobre a História Literária de Portugal* (1845) de Francisco Freire de Carvalho e no volume II do *Dicionário Bibliográfico Português* (1876) de Inocêncio Francisco da Silva.

O único exemplar conhecido do *Tratado de Confissom*, descoberto em 1965 pelo Prof. Pina Martins, foi, de acordo com o cólofon, impresso em Chaves em 1489 e é, por falta de uma prova segura em relação à obra anterior, considerado o primeiro livro impresso em língua portuguesa conhecido. Através de uma análise informático-linguística concluiu-se que o texto foi redigido entre finais do século XIV e princípios do século XV e é uma adaptação de uma ou mais obras em castelhano, o que vem contrariar grande parte das opiniões veiculadas até ao momento (cfr. Machado, 2003).

No que diz respeito à primeira edição portuguesa do *Sacramental*, entendemos que o incunábulo existente na Biblioteca do Rio de Janeiro é um dos exemplares da edição de 1488, corroborando por isso a opinião da Prof. Rosemarie Erika Horch, a primeira investigadora a debruçar-se sobre ele, e não dando razão a alguns críticos que, pelo facto de faltar ao incunábulo a página onde estaria o cólofon, têm colocado muitas reservas a esse respeito. De facto, temos notícia de quatro edições do *Sacramental* em língua portuguesa: uma impressa provavelmente em Braga antes de 1500¹, uma de 1502 impressa em Lisboa, uma de 1539 impressa em Braga, de que existem diversos exemplares nas bibliotecas portuguesas, e uma de 1488 impressa em Chaves, cujo único exemplar conhecido se havia perdido. Ao considerarmos o exemplar da Biblioteca do Rio de Janeiro como não pertencente a nenhuma destas edições, estaríamos a pressupor que existiria uma quinta edição, da qual não há qualquer notícia. Ora, uma obra desta importância, extremamente conhecida na Península

¹ Pensava-se que um exemplar existente na Biblioteca Nacional pertencia à edição de 1539. Valentina Sul Mendes provou em 2004 que afinal se tratava de uma outra edição até ao momento desconhecida, impressa provavelmente na última década do século XV.

Ibérica – ao contrário do *Tratado de Confissom*, que é uma obra pequena, para um público mais restrito e com uma divulgação pouco significativa –, não teria certamente passado despercebida aos bibliógrafos nacionais.

Por outro lado, o exemplar do *Sacramental* existente na biblioteca do Rio de Janeiro é sem dúvida anterior à edição feita em Lisboa em 1503. Primeiro pelo aspeto ainda rudimentar do tipo de caracteres, depois pelas soluções adotadas pelo impressor na composição do texto (abreviaturas, sinais diacríticos, pontuação, etc.)

Vários investigadores têm ligado os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa às oficinas de Antonio de Centenera em Zamora, Espanha, ou a impressores a ele ligados e que percorreram o noroeste da Península entre 1480 e 1492. Do ponto de vista geográfico, parece não haver dúvidas quanto à origem do impressor ou impressores de ambos os livros. No entanto, apenas o *Tratado de Confissom* partilha características relevantes com os incunábulo impressos por Centenera (cfr. Machado, 2003: 15-16).

Artur Anselmo, um dos mais destacados investigadores da história do livro em Portugal, depois de ter visto algumas das folhas de um exemplar do *Breviário Compostelano* impresso em 1484 em caracteres da oficina de Centenera, concluiu que «a família tipológica dos caracteres do Breviário é visivelmente aparentada com a do *Sacramental* português do século XV» (Anselmo, 1997: 31). Parece-nos, todavia, que esse facto, embora possa apontar para um impressor ligado à oficina de Centenera, não é suficiente para considerar que os dois livros impressos em Chaves, um em 1488 e outro em 1489, tenham sido impressos pela mesma pessoa ou pela mesma equipa de impressores.

A ser assim, é estranho que os dois livros, saídos da mão do mesmo impressor em datas muito próximas, sejam graficamente tão diferentes. As marcas de água do papel, o tipo de caracteres, algumas soluções adotadas na composição do texto, como o uso

do rr-perruña¹ no *Sacramental* e a ausência dele no *Tratado de Confissom*, certos sinais diacríticos e abreviaturas, as gralhas, o salto de linhas, as repetições, são razões que nos levam a pensar que o impressor dos dois livros não foi o mesmo.

Do ponto de vista gráfico, o *Sacramental* de 1488 e o *Tratado de Confissom*, comparados com incunábulo castelhanos anteriores, ou até da mesma época, são obras muito imperfeitas. O *Sacramental* impresso em Sevilha em 1478, por exemplo, tem uma pontuação praticamente regularizada e bastante lógica. A união e separação de palavras, as gralhas e as variações gráficas são diminutas. Não poderemos, no entanto, pretender que os dois primeiros livros impressos em português, apesar de tardios em relação a outras línguas europeias, sejam obras-primas de prelos ainda rudimentares e provavelmente operados por impressores com pouca experiência, e, no caso de os considerarmos do reino vizinho, desconhecendo praticamente a língua portuguesa.

2. Questões linguísticas

Fazendo uma análise de algumas características linguísticas e comparando-as com obras dos séculos XIV e XV, podemos considerar que o *Sacramental* terá sido traduzido para português entre 1450 e 1488 e o *Tratado de Confissom* terá sido redigido entre finais do século XIV e princípios do século XV, como atrás ficou dito. A ortografia e a sintaxe encontram-se num nível mais aperfeiçoado no *Sacramental* do que no *Tratado de Confissom*. Passamos a referir algumas características linguísticas das duas obras.

A presença do *j* no *Tratado de Confissom* é praticamente residual (surgem apenas seis casos), ao contrário do que sucede no *Sacramental*, em que aparece com muita frequência, quer para representar o fonema consonântico palatal [ʒ], quer para representar a vogal [i]. Formas como *ja*, *ygreja*, *lonje*, *jn*, *ejus*, *enmijgos*, *jnjustiça*, *mjnistrar*, *qujnto*, *ssejam*, *prijgo*, *vijr*, etc., são bastante

¹ É o uso de um molde para os dois rr.

frequentes. O mesmo sucede com o *v* minúsculo. À exceção dos numerais romanos, o *v* nunca aparece no *Tratado de Confissom* a representar, quer a consoante labiodental [v], quer a vogal [u]. No *Sacramental*, o *v* e o *u* são empregues indiferentemente. Vejamos os seguintes exemplos: *viuer*; *viuificas*, *vsurario*, *duuida*, etc.

O *c* cedilhado precedido de *e* e *i* é a regra geral no *Sacramental*. No *Tratado de Confissom* a sua frequência é bastante reduzida, sendo a regra geral a ausência da cedilha (a sílaba *çe* surge oito vezes e *çi* quatro, contra várias centenas das sílabas *ce* e *ci* não cedilhadas). Neste caso, ser-nos-á difícil considerar se a presença ou a ausência da cedilha é uma característica dos textos manuscritos que estiveram na base de cada uma das obras, ou se é uma característica derivada exclusivamente das opções do impressor.

A duplicação do *s* em início de palavra, como em *ssegũdo*, *sse*, *sseu*, *ssom*, *ssem*, etc., é bastante frequente no *Sacramental*, havendo apenas dois casos no *Tratado de Confissom*. O mesmo sucede em relação à duplicação do *r* em início de palavra, como em *rresuçitou*, *rreyno*, *rremuneraçõ*, *rrêdas*, *rrazõees*, etc. O *R* maiúsculo para indicar a vibrante velarizada, quer em início de frase, quer a meio, como em *Raçional*, *Rudeza*, *Razom*, *Raçom*, *Rogar*, *Remijr*, *Remissom*, etc., frequente no *Sacramental*, está totalmente ausente no *Tratado de Confissom*.

As formas arcaicas são muito menos frequentes no *Sacramental*. Enquanto que no *Tratado de Confissom* aparecem unicamente formas do verbo *leixar*, no *Sacramental*, ora aparecem formas de *leixar*, ora de *deixar*. A terminação verbal em *-des* da segunda pessoa do plural é rara no *Sacramental*. A terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ser*, ao contrário do que se passa no *Tratado de Confissom*, não apresenta variantes no *Sacramental*, surgindo sempre sob a forma *he*.

Do ponto de vista gráfico e fonético, o *Sacramental* é mais estável, havendo menos variantes da mesma palavra. Estas, quando existem, devem-se quase exclusivamente à representação das nasais (vogal nasal grafada com til ou precedida de *n* ou *m*) e do *i*, que ora é representado por *i*, ora por *j* ou *y*. As vogais geminadas de

origem etimológica ou por falsa analogia são menos abundantes no *Sacramental*, mantendo-se em palavras como *christaão*, *maão* e pouco mais, sendo uma prova cabal do facto de o texto português do *Sacramental* ser bastante posterior em relação ao texto do *Tratado de Confissom*.

As abreviaturas utilizadas pelo compositor do *Sacramental* são substancialmente diferentes das abreviaturas que surgem no *Tratado de Confissom*, sendo este facto mais um argumento para considerar que as duas obras não foram impressas pelo mesmo impressor. Por exemplo, no *Tratado de Confissom* as sílabas *co-*, *com-* e *con-* nunca aparecem grafadas com uma abreviatura; o verbo *ser* nunca aparece reduzido à abreviatura *þ*; a forma do verbo *ser* *he* nunca aparece transcrita com a abreviatura *h̄*. Estes três casos são frequentíssimos ao longo de todo o *Sacramental*, surgindo várias ocorrências em quase todas as colunas. A ser o mesmo impressor ou o mesmo compositor das duas obras, a utilização destas abreviaturas seria certamente similar.

Comparando linguisticamente a edição do *Sacramental* de 1488 com a edição impressa em Lisboa em 1502, verificamos que a primeira representa um estado da língua escrita anterior, típica da segunda metade do século XV. No *Sacramental* de Chaves há maior número de arcaísmos (é exemplo disso a substituição do pronome *aqueste* pelo pronome *este* na edição de 1502; a substituição dos verbos *acaecer* por *acontecer*, *quedar* por *ficar*, *quitar* por *tirar*, etc.), assim como maior frequência de consoantes etimológicas em palavras como *dapno* e *escpitura*. O pronome *qualquer* aparece separado em todas as suas ocorrências, o que não acontece na edição de 1502. A pontuação é caótica, assim como o uso de maiúsculas. A utilização do *m* e do *n* nasais é mais regular na edição de 1502. O mesmo sucede com o uso do *j*, do *u*, do *v*, do *r*, do *s* e do *h*.

Devido à repetição de grande parte das lacunas existentes na edição de 1488 na edição de 1502, poderemos avançar a hipótese de o impressor João Pedro de Cremona se ter servido da primeira, embora não exclusivamente, uma vez que muitas das gralhas

foram corrigidas, exigindo muitas delas o cotejo com uma versão castelhana mais perfeita, como é o caso das duas edições de Sevilha. A edição de 1539 impressa em Braga por Pedro de la Rocha por ordem do Infante D. Henrique, arcebispo de Braga, baseou-se na edição de 1502, tendo no entanto sofrido algumas emendas.

3. A instrução do clero

Do ponto de vista literário e ideológico, o *Sacramental* é mais pobre do que o *Tratado de Confissom*. Clemente Sánchez de Vercial limita-se a transcrever, quase sempre em forma de lista, as normas retiradas dos textos canônicos, fundamentados com a autoridade da Bíblia e dos autores cristãos. Raramente arrisca uma opinião própria, e quando o faz, ou é de uma forma inócua e curta, ou parafraseia aquilo que é a opinião da Igreja. Já o autor do *Tratado de Confissom* se espraia em longas considerações acerca do assunto que vai tratando, sendo, do ponto de vista literário e ideológico, mais interessante.

Parece-nos que o autor do *Tratado de Confissom* era, além de um estudioso muito bem informado em questões teológicas e filosóficas, um pensador. Clemente Sánchez, sem descorarmos o seu grande conhecimento teológico e filosófico, que facilmente se comprova olhando para as obras e os autores citados, era um compilador. Assim sendo, o *Tratado de Confissom* é um verdadeiro tratado filosófico-casuístico acerca do sacramento da confissão e o *Sacramental* é um manual onde se pode encontrar todo o catecismo católico apoiado naquilo que a Igreja chama revelação (os textos bíblicos) e tradição (os autores cristãos e as normas eclesiásticas).

Tanto o *Tratado de Confissom* como o *Sacramental* foram impressos numa tentativa de preencher graves lacunas na instrução do clero. Lendo os documentos exarados pelos sínodos diocesanos do século XV, quer em Portugal, quer em Castela, verificamos que a ignorância do clero era endêmica. Os bispos procuraram pôr cobro a isso através de algumas medidas, sendo uma delas a impressão de manuais em romance (português e castelhano) que

todos os clérigos deveriam ter, uma vez que a grande maioria, embora soubesse ler latim, não compreendia o que lia e não podia por isso exercer convenientemente o seu múnus apostólico.

O autor do *Sacramental* justifica do seguinte modo a elaboração da obra:

«E por quanto por nossos pecados no tempo dagora muytos saçerdotes que ham curas de almas nõ soomête son ynorâtes pera jnstruir e ensynar a fe e crêça e as outras coussas que perteçen a nossa saluaçan, mas ajnda nõ saben o que todo booo christaão deue saber nem som jnstruydos nê ensynados em a fe christãa segũdo deuiam, e o que he mays prigosso e danosso, algũus nõ sabê nê entêdê as escryturas que cada dya hã de leer e trautar. E porêde, eu Climête Sanchez de Vercial, bacharel ã leis, arcydiago de Valdeiras em a jgreja de Leõ, ajnda que pecador e indino, propuse de trabalhar de fazer hũa breue copilaçom das coussas que neçesarias som aos saçerdotes que han curas de almas».

O *Tratado de Confissom* tinha um objetivo mais específico: a instrução dos confessores, fossem eles curas de almas dependentes de um bispo diocesano ou sacerdotes de ordens religiosas com responsabilidades na confissão.

Conclusão

Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa têm merecido pouca atenção dos investigadores, quer do ponto de vista linguístico, quer do ponto de vista literário e histórico-cultural. Grande parte do que se tem dito acerca das duas obras é marginal e mera repetição do que uns quantos disseram, não havendo, depois dos estudos preliminares do Prof. Pina Martins para o caso do *Tratado de Confissom* (1973) e da Prof. Rosemarie Erika Horch para o caso do *Sacramental* (1985), um esforço para obter mais informações ou propor novas hipóteses que possam contribuir para um melhor conhecimento das obras e do contexto em que as mesmas surgiram e foram impressas.

Os linguistas têm ignorado estas obras, que são sem dúvida um marco importante na história da língua portuguesa, não só por serem

as primeiras obras impressas na nossa língua, mas pelo seu valor intrínseco ao representarem um determinado período da língua, em particular o do século XV, que é ainda relativamente pouco conhecido no que diz respeito a características de variabilidade e de coesão.

Nenhum especialista em literatura medieval, tanto quanto até ao momento foi possível apurar, se debruçou sobre elas. Sendo obras de cariz religioso, poderá esse facto levar certos meios académicos a desconsiderá-las a favor de outras ideologicamente menos marcadas? Não gostaríamos de acreditar nisso. Tanto mais que na Idade Média, todas as obras partilham dos mesmos valores religiosos, a chamada catolicidade ou, por outras palavras, a universalidade.

As duas obras são um manancial importante de informações sobre o quotidiano do homem medieval peninsular que tem sido sistematicamente ignorado pelos historiadores, preferentemente agarrados a documentos foraleiros e notariais, bastante mais diminutos em informações. De facto, quer o *Tratado de Confissom*, quer o *Sacramental*, são verdadeiros depositários da forma de viver do homem medieval em todos os períodos da sua vida e em todos os momentos do ano, abarcando temas como a alimentação, as relações familiares, as relações sociais, a relação com Deus e o sagrado, a sexualidade, o trabalho, o descanso, a saúde e a doença. Dificilmente se encontrarão documentos, do ponto de vista sociológico, tão completos como estes.

Terminamos, pois, recomendando aos especialistas das várias áreas das ciências humanas e sociais, e especialmente aos linguistas, aos investigadores em literatura medieval e aos historiadores, que não continuem a ignorar estas duas obras, que são sem dúvida um marco importante da língua e da cultura portuguesas.

Referências bibliográficas

Anselmo, Artur (1981), *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

————— (1997), *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

Bechtel, Guy (1999), *A Carne, o Diabo e o Confessor*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo.

Carvalho, Francisco Freire de (1845), *Primeiro Ensaio sobre a História Literária de Portugal*. Lisboa: Tipografia Rollandiana.

García y García, Antonio (org.) (1982), *Synodicon Hispanum – II. Portugal*. Madrid: BAC.

Horch, Rosemarie Erika (1985), *Luzes e Fogueiras: dos Albores da Imprensa ao Obscurantismo da Inquisição no Sacramental de Clemente Sánchez*. Universidade de São Paulo, 2 vols.

Machado, José Barbosa (2003), *Tratato de Confissom – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Linguístico*. Braga: APPACDM.

————— (2004), *Tratato de Confissom – Edição Atualizada, Glossário e Listagem de Palavras*. Braga: APPACDM.

Martins, José V. de Pina (1973), “O *Tratado de Confissom* e os problemas do livro português no século XV”, em *Tratado de Confissom*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Mendes, Maria Valentina Sul (2004-2005), “O *Sacramental* de 1539, da BN, é afinal uma 2.^a edição incunabular da mesma obra, em português, totalmente desconhecida hoje?”, em *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, s. 3, n.º14-15, Abril de 2004-Abril de 2005, pp. 173-200.

————— (1995), *Os Incunábulo das Bibliotecas Portuguesas*. Lisboa: SEC / IBL, vol. I.

Pereira, Maria Helena da Rocha (1988), *Estudos de Cultura Clássica – I Volume – Cultura Grega*. 6.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Silva, Inocêncio Francisco da (1876), *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. II.

ÍNDICE

N.º de página:

A imprensa e a tradução como fatores de mudança na língua e na cultura portuguesas do século XV	5
Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa	19
Equabilidade linguística e textual nas quatro edições portuguesas do <i>Sacramental</i> de Clemente Sánchez de Vercial	30
Caraterísticas linguísticas da edição portuguesa de 1488 do <i>Sacramental</i> de Clemente Sánchez Vercial	44
Problemas de transcrição no primeiro livro impresso em língua portuguesa (<i>Sacramental</i> , 1488)	66
O programa <i>Phrasis</i> e a criação de uma base de dados de concordâncias de textos em português antigo	80
A criação de uma base de dados para um estudo informático-linguístico da Parte I da <i>Crónica do Rei</i> <i>D. Manuel</i> de Damião de Góis	102
Alguns conetores e marcadores de discurso em três versões da <i>História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma</i>	121
Marcadores temporais e espaciais na <i>História do mui Nobre</i> <i>Vespasiano Imperador de Roma</i> (Lisboa, 1496)	148
Marcadores temporais nos <i>Evangelhos e Epístolas</i> <i>com suas Exposições em Romance</i> (Porto, 1497)	174
Marcadores do discurso formados pelo verbo <i>querer</i> na versão portuguesa da <i>Vita Christi</i> (1495)	191
Signo e significação no primeiro livro impresso em língua portuguesa	217

Explicações de âmbito semiótico no <i>Livro das Confissões</i> de Martín Pérez (1399)	231
A utilização do gerúndio na versão portuguesa medieval de <i>A Demanda do Santo Graal</i>	244
O léxico obscuro na prosa medieval portuguesa	272
Edição semidiplomática do <i>Sumário das Graças</i>	286